COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.587, DE 2004 (Apenso: Projeto de Lei nº 5.786/2005)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento emissor de cupom fiscal em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis.

Autor: Deputado Eduardo Cunha

Relator: Deputado Pastor Marco Feliciano

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe estabelece a obrigatoriedade de as pessoas jurídicas que efetuarem venda a varejo de combustíveis instalarem equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF junto aos equipamentos das bombas de combustível. As especificações do equipamento ECF serão definidas em convênio a ser celebrado entre a União, representada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Unidades Federadas, representadas no Conselho de Política Fazendária – CONFAZ pelas respectivas Secretarias de Fazenda.

Segundo o autor, a medida visa a inibir atuais problemas de adulteração de combustíveis e alto índice de sonegação fiscal.

O Projeto de Lei nº 5.786, de 2005, de autoria do Deputado Carlos Nader, apensado, tem o mesmo teor do Projeto de Lei nº 4.587, de 2004, principal, a par de acrescentar sanções a que estarão sujeitos os infratores.

A Comissão de Minas e Energia aprovou o projeto principal e propôs a declaração de prejudicialidade do PL nº 5.786/2005, apensado.

Na Comissão de Finanças e Tributação, aprovou-se o PL nº 4.587/2004, principal, e rejeitou-se o PL 5.786/2005, apensado.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões em regime de tramitação ordinária. Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso IV, alínea a, do Regimento Interno, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre os projetos de lei quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa concorrente da União (art. 24, inciso I, da CF) e às atribuições normativas do Congresso Nacional. Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima sua apresentação por parte de parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Igualmente constatamos que os projetos em exame respeitam os princípios e regras da Constituição e estão de acordo com o ordenamento jurídico vigente, à exceção do valor da multa imposta aos infratores constante do PL nº 5.786/2005, apensado, uma vez que a UFIR foi

extinta a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme disposto no art. 29, § 3º da Medida Provisória nº 1.973, de 26/10/2000. O valor da UFIR, àquela data, era de R\$ 1,0641. Neste sentido, apresentamos emenda para sanar o erro apontado.

A técnica legislativa e a redação empregadas na elaboração da matéria ajustam-se às normas da Lei Complementar nº 98, de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Assim, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 4.587, de 2004, principal, e 5.786, de 2005, apensado, com a emenda anexa.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado Pastor Marco Feliciano
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.786, DE 2005 (Apensado ao Projeto de Lei nº 4.587/2004)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento Emissor de Cupom Fiscal, devidamente cadastrado junto a Secretária da Receita Federal, em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis.

EMENDA Nº 1

Dê ao inciso I do art. 5º do projeto a seguinte redação:

“Art. 5º.....
I – multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
.....”

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado Pastor Marco Feliciano